



## INFORME TÉCNICO

Assessoria Técnica da Liderança do PT

Mário Capp Filho\*

### **Cumprimento da Meta de Superávit Primário pelo Governo Federal – 2º Quadrimestre/2008**

**Responsável:** Secretaria do Tesouro Nacional/ Ministério da Fazenda e Secretaria de Orçamento Federal/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**Objetivo:** Demonstrar e avaliar o cumprimento da meta de resultado do superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais federais não-financeiras, em atendimento à legislação vigente<sup>1</sup>.

#### **Sumário Técnico:**

1. No 2º quadrimestre de 2008 o Governo Federal apresentou superávit primário de R\$ 48,64 bilhões<sup>2</sup>, **superior em R\$ 12,2 bilhões a meta estabelecida no Decreto nº 6.439/08**, independentemente da possibilidade de ajuste pelo PPI, conforme disposto **na LDO/2008**. O resultado relativo ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (Governo Central) foi superavitário em R\$ 48,7 bilhões suficiente para compensar o déficit de R\$ 49,6 milhões registrado pelas empresas estatais federais não-financeiras. As despesas do PPI atingiram a R\$ 1,6 bilhão no período.

2. As receitas líquidas do Tesouro Nacional (incluindo as do Banco Central) foram superiores em R\$ 4,2 bilhões (desvio de 3,0 %) às projeções; as despesas se situaram R\$ 11,4 bilhões (desvio de 11,9 %) abaixo do previsto e o déficit da Previdência Social ficou em R\$ 12,5 bilhões, ou seja inferior em R\$ 1,4 bilhão (desvio de 9,9 %) ao projetado.

3. O Regime Geral da Previdência Social arrecadou em termos líquidos R\$ 47,9 bilhões e as despesas com benefícios previdenciários foram de R\$ 60,4 bilhões, resultando um déficit de R\$ 12,5 bilhões, inferior em R\$ 1,4 bilhão à estimativa para o período (R\$ 13,9 bilhões).

4. O estoque da Dívida Pública Federal de Responsabilidade do Tesouro Nacional passou de R\$ 1.345,4 bilhões, em 31/12/2007, para R\$ 1.330,37 bilhões, em 30/04/2008, representando a uma redução, em termos nominais, de R\$ 15,1 bilhões (recoo de 1,12%).

5. O estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna passou de R\$ 1.236,5 bilhões, em 31/12/2007, para R\$ 1.230,7 bilhões, em 30/04/2008, caracterizando uma redução de 5,8 bilhões (recoo de 0,47%).

6. O estoque da Dívida Pública Federal Externa passou de R\$ 108,9 bilhões, em 31/12/2007, para R\$ 99,6 bilhões, em 30/04/2008, correspondendo a uma redução de R\$ 9,3 bilhões (recoo de 8,52%).

**7. Pode-se afirmar pelo dados apresentados que foi plenamente cumprida a meta de resultado primário do Governo Federal para o 2º quadrimestre de 2008, estabelecida no Decreto nº 6.439, de 2008.**

\* Da Assessoria Técnica do PT na Câmara Federal.

<sup>1</sup> Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e §2º do art. 2º, da Lei nº 11.514, de 13/08/2007 (LDO/2008).

<sup>2</sup> Esse resultado considera que o "Ajuste Metodológico - Itaipu", no valor de R\$ 578,9 milhões, excluído do resultado primário do Governo Central.

## Resumo do Relatório:

### 1) Introdução

A meta de resultado primário do setor público consolidado para o exercício de 2008 foi fixada inicialmente no Anexo de Metas da LDO/2008, em 3,80% do PIB, representando um esforço do Governo Federal (Governo Central e empresas estatais federais) de R\$ 78,8 bilhões (2,85% do PIB), sendo R\$ 60,8 bilhões (2,20% do PIB) referentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 18,0 bilhões (0,65% do PIB) ao Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não-financeiras.

Como não foi aprovada e sancionada a Lei Orçamentária Anual de 2008 antes do início do exercício, o Poder Executivo editou o Decreto nº 6.394, de 12/03/2008, em observância ao disposto no art. 72 da LDO-2008, estabelecendo cronograma provisório de empenho e de desembolso até a sanção da Lei Orçamentária, com base em uma avaliação das receitas e despesas primárias de execução obrigatória realizadas até fevereiro de 2008, bem como os parâmetros macroeconômicos atualizados.

A LOA/2008 foi sancionada em 24/03/2008 fixando a meta de superávit primário, diferente da estabelecida com a LDO/2008 em 2,11% do PIB e 0,74% do PIB para o Governo Central e as empresas estatais federais, respectivamente, em função da reestimativa do PIB nominal. A meta de superávit primário do Governo Federal para 2008 passou a ser de R\$ 80,4 bilhões, dos quais R\$ 59,4 bilhões relativos ao Governo Central e R\$ 20,9 bilhões referentes as estatais federais. Essa reavaliação indicou a necessidade de limitação de empenho e de pagamento em R\$ 19,4 bilhões.

Após a sanção da LOA-2008, com base em nova reavaliação das receitas e despesas do exercício, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 6.439, de 22/04/08, estabelecendo o cronograma de desembolsos mensais e os limites de movimentação e empenho das dotações orçamentárias compatíveis com a meta estabelecida na LDO/2008. Nesse mesmo ato foram fixadas metas quadrimestrais para o resultado primário. A meta de superávit primário do Governo Federal para 2008 foi de R\$ 80,9 bilhões, dos quais R\$ 62,4 bilhões relativos ao Governo Central e R\$ 18,4 bilhões referentes as estatais federais.

Encerrado o 2º bimestre foi realizada outra reavaliação de receitas e despesas, a partir de dados realizados até abril e dos parâmetros macroeconômicos atualizados compatíveis com a política econômica vigente. Diante das melhorias da receita líquida e do resultado do RGPS, mesmo tendo ocorrido um aumento das despesas de execução obrigatória, o Poder Executivo ampliou os limites para movimentação e empenho e de pagamento despesas no montante de R\$ 4,6 bilhões, cabendo aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e ao Ministério Público da União, respectivamente, R\$ 4,5 bilhões, R\$ 23,7 milhões, R\$ 21,1 milhões e R\$ 7,2 milhões.

Resumidamente, as metas para o setor público consolidado para 2008 contidas na LDO/2008, no PLOA/2008, no Decreto nº 6.439/08 e na reavaliação realizada do 2º bimestre do exercício são apresentadas a seguir:

ABRANGÊNCIA	LDO 2008		PLOA 2008 (1)		DEC. 6.439/08		Reavaliação 2º Bim.	
	R\$ Bilhões	% PIB	R\$ Bilhões	% PIB	R\$ Bilhões	% PIB	R\$ Bilhões	% PIB
<b>SETOR PUB. CONSOLIDADO</b>	<b>105,1</b>	<b>3,80</b>	<b>107,1</b>	<b>3,80</b>	<b>107,8</b>	<b>3,80</b>	<b>108,3</b>	<b>3,80</b>
<b>GOV. FEDERAL</b>	<b>78,8</b>	<b>2,85</b>	<b>80,4</b>	<b>2,85</b>	<b>80,9</b>	<b>2,85</b>	<b>81,2</b>	<b>2,85</b>
GOV. CENTRAL	60,8	2,20	59,4	2,11	62,4	2,20	62,7	2,20
ESTATAIS FED.	18,0	0,65	20,9	0,74	18,4	0,65	18,5	0,65
<b>PIB NOMINAL(R\$ milhões)</b>	<b>2.765.626</b>		<b>2.819.528</b>		<b>2.837.936</b>		<b>2.848.758</b>	
<b>PPI conforme Decretos de Prog.</b>	<b>13,8</b>	<b>0,50</b>	<b>13,8</b>	<b>0,49</b>	<b>13,8</b>	<b>0,49</b>	<b>13,8</b>	<b>0,49</b>

## 2) Cenários Macroeconômicos:

No tocante aos parâmetros macroeconômicos, as estimativas para 2008 contidas na legislação citada anteriormente, podem ser observados no quadro a seguir:

ABRANGÊNCIA	INFLAÇÃO IGP/DI		INFLAÇÃO IPCA		CAM BIO MÉDIO R\$/US\$	PIB			SELIC Média a.a	SELIC REAL (IPCA) a.a %	PETROLEO BRENT	
	Var. Méd. %	Var. Acum. %	Var. Méd. %	Var. Acum. %		R\$ milhões	Var. Real %	Deflator %			US\$/bbi Média	Var. Média %
LDO-2008 (Parâmetro 08.11.2007)	5,54	4,00	3,81	4,20	1,83	2.765.626,5	5,00	4,24	10,82	6,36	88,74	22,83
PLQA-2008 (Parâmetro 16.07.2007)	5,09	4,00	3,61	4,00	1,98	2.744.830,0	5,00	3,70	10,10	5,86	72,73	7,64
DEC 6.439/2008 (Parâmetro 17.03.2008)	2,69	5,65	4,64	4,50	1,72	2.837.936,5	5,00	5,63	11,34	6,54	100,67	39,65
Reavaliação do 2º Bimestre (Parâmetro 12.05.2008)	1,70	6,28	4,97	4,74	1,71	2.848.757,7	5,00	6,03	12,28	7,20	110,86	53,78

## 3) Resultados Primários:

Os resultados primários dos orçamentos fiscal, da seguridade social e das empresas estatais federais previstos para 2008 nas estimativas da LOA/2008, do Decretos nºs 6.439/08 e na reavaliação relativa ao 2º bimestre de 2008, encontram-se na tabela a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	LOA/2008		DEC. Nº 6.439/08		REAVALIAÇÃO 2º BIMESTRE	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
<b>1. Receita Total</b>	<b>525,8</b>	<b>18,65</b>	<b>527,2</b>	<b>18,58</b>	<b>543,4</b>	<b>19,07</b>
1.1 Administradas SRF	443,8	15,74	448,1	15,79	460,2	16,15
1.2 Rec. Não Admin.	80,1	2,84	76,8	2,71	80,9	2,84
1.3 Contribuição ao FGTS	1,9	0,07	2,3	0,08	2,2	0,08
<b>2. Transf. a Est. e Mun.</b>	<b>124,0</b>	<b>4,40</b>	<b>122,1</b>	<b>4,30</b>	<b>126,5</b>	<b>4,44</b>
2.1 FPE/FPM/IPI Est. Exp.	97,8	3,47	97,3	3,43	100,7	3,53
2.2 Demais	26,2	0,93	24,8	0,88	25,9	0,91
<b>3. Receita Líquida</b>	<b>401,9</b>	<b>14,25</b>	<b>405,1</b>	<b>14,27</b>	<b>416,8</b>	<b>14,63</b>
<b>4. Despesa</b>	<b>318,6</b>	<b>11,30</b>	<b>316,0</b>	<b>11,14</b>	<b>329,9</b>	<b>11,58</b>
4.1 Pessoal	126,9	4,50	126,9	4,47	134,4	4,72
4.2 Outras Correntes e de Capital	191,7	6,80	189,2	6,67	195,4	6,86
4.2.1 Não-Discrecionárias	54,1	1,92	70,6	2,49	72,4	2,54
4.2.2 Disc. Todos os Poderes	135,7	4,81	116,3	4,10	120,8	4,24
4.2.4 Contrib. ao FGTS	1,9	0,07	2,3	0,08	2,2	0,08
<b>5. Resultado do Tesouro</b>	<b>83,3</b>	<b>2,95</b>	<b>89,1</b>	<b>3,14</b>	<b>87,0</b>	<b>3,05</b>
<b>6. Result. da Previdência</b>	<b>-37,7</b>	<b>(1,34)</b>	<b>-40,5</b>	<b>(1,43)</b>	<b>-38,1</b>	<b>-1,34</b>
6.1 Arrec. Liq. INSS	161,7	5,74	159,9	5,63	162,0	5,69
6.2 Benef. da Previdência	199,4	7,07	200,4	7,06	200,1	7,03
<b>7. Ajuste Metodológico</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>8. Discrepância Estatística</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>0,00</b>
<b>9. Res. Prim. do OF e OSS</b>	<b>45,6</b>	<b>1,62</b>	<b>48,6</b>	<b>1,71</b>	<b>48,8</b>	<b>1,71</b>
<b>10. Res. Prim. Emp. Est. Federais</b>	<b>21,0</b>	<b>0,74</b>	<b>18,4</b>	<b>0,65</b>	<b>18,5</b>	<b>0,65</b>
<b>11. Res. Prim. Gov. Federal</b>	<b>66,6</b>	<b>2,36</b>	<b>67,1</b>	<b>2,36</b>	<b>67,4</b>	<b>2,36</b>
<b>12. Ações Selecionadas art 3º Lei nº 11.439/06</b>	<b>13,8</b>	<b>0,49</b>	<b>13,8</b>	<b>0,49</b>	<b>13,8</b>	<b>0,49</b>
<b>13. Res. Prim. p/ fins Cumprimento LDO/08</b>	<b>80,4</b>	<b>2,85</b>	<b>80,9</b>	<b>2,85</b>	<b>81,2</b>	<b>2,85</b>

(\*) Para fins de cumprimento das metas fiscais

A meta de resultado primário do Governo Federal estabelecida pelo Decreto nº 6.439/08 para o 1º quadrimestre/08 foi de R\$ 36,4 bilhões, dos quais R\$ 33,6 bilhões de responsabilidade do Governo

Central e R\$ 2,8 bilhões relativos as empresas estatais federais não-financeiras. O superávit primário alcançado pelo Governo Central para o período em questão, foi de 48,6 bilhões e o resultado referente as empresas estatais federais negativo, no montante de R\$ 50 milhões

A LDO/2008 (§ 1º do art. 2º) prevê a possibilidade de compensação entre as metas de resultado primário estabelecidas para os orçamentos fiscal e da seguridade social e para o Programa de Dispêndios Globais. No caso do quadrimestre em questão, o resultado positivo alcançado pelo Governo Central foi mais que suficiente para compensar o resultado não satisfatório obtido pelas empresas estatais.

Excluindo-se do resultado primário do Governo Central o valor de R\$ 578,9 milhões, relativo a “ajuste metodológico – Itaipu”, e incluído como resultado das estatais federais, o resultado primário do Governo Central atingiu a R\$ 48,1 bilhões e as empresas estatais federais não-federais i resultado de R\$ 529,3 milhões. A LDO/2008 permite a redução dessa meta as despesas realizadas com o PPI, limitado ao total de R\$ 13,8 bilhões no ano, acrescido do valor de restos a pagar que foram executados em 2008.

A quadro a seguir apresenta o detalhamento do resultado obtido no 1º quadrimestre/2008, comparativamente à meta que o Governo Federal prevista na ocasião da elaboração do Decreto nº 6.439/08:

INDICADORES	METAS JANº-ABRIL DEC. Nº 6.439/08	REALIZADO JANº - ABRIL	DESVIO	
			(B-A)	(B/A) %
<b>1. Receita Total</b>	<b>182.027</b>	<b>186.352</b>	<b>4.324</b>	<b>2,4</b>
1.1 Rec. Administrada	154.915	157.341	2.425	1,6
1.2 Rec. Não-Admin.	26.541	28.410	1.869	7,0
1.3 Contribuição ao FGTS	571	601	31	5,3
<b>2. Transf. a Est. e Mun.</b>	<b>41.238</b>	<b>41.327</b>	<b>89</b>	<b>0,2</b>
2.1 FPE/FPM/IPI-Est. Exp.	33.382	33.757	375	1,1
2.2 Demais	7.856	7.569	(287)	-3,6
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>140.789</b>	<b>145.025</b>	<b>4.236</b>	<b>3,0</b>
<b>4. Despesa</b>	<b>95.863</b>	<b>84.451</b>	<b>(11.413)</b>	<b>-11,9</b>
4.1 Pessoal e Enc. Sociais	42.193	40.631,7	(1.561,8)	-3,7
4.2 Outras Correntes e de Capital	53.670	43.818,9	(9.851)	-18,4
4.2.1 Não-Discrecional	571	601,3	31	5,3
4.2.2 Discrecional – Todos os Poderes	20.430	16.509,2	(3.921)	-19,2
4.2.3 Contribuição ao FGTS	32.669	26.708,5	(5.960)	-18,2
<b>5. Resultado do Tesouro (3-4)</b>	<b>44.926</b>	<b>60.574</b>	<b>15.648</b>	<b>34,8</b>
<b>6. Result. da Previdência</b>	<b>(13.918)</b>	<b>(12.539)</b>	<b>1.378</b>	<b>-9,9</b>
6.1 Arrec. Liq. INSS	47.498	47.910	412	0,9
6.2 Benef. da Previdência	61.415	60.449	(966)	-1,6
<b>7. Ajuste Metodológico - Itaipu</b>	<b>-</b>	<b>579</b>	<b>579</b>	
<b>8. Discrep. Estatística</b>	<b>-</b>	<b>80</b>	<b>80</b>	
<b>9. Res. Gov. Central (5+6+7+8)</b>	<b>31.008</b>	<b>48.693</b>	<b>17.685</b>	<b>57,0</b>
<b>10. Ações selecionadas nos termos art. 3º Lei nº 11.5149/08</b>	<b>2.570</b>	<b>1.637</b>	<b>(933)</b>	<b>-36,3</b>
<b>11. Meta e Resultado do Gov. Central</b>	<b>33.579</b>	<b>48.693</b>	<b>15.115</b>	<b>45,0</b>
<b>12. Res. das Emp. Est. Federais</b>	<b>2.818</b>	<b>(50)</b>	<b>(2.868)</b>	<b>-101,8</b>
<b>13. Meta e Res. do Gov. Federal (11+12)</b>	<b>36.397</b>	<b>48.644</b>	<b>12.247</b>	<b>33,6</b>
<b>14. Meta p/ Fins Cumprimento da LDO/2008 e RES. DO GOV. FEDERAL</b>	<b>34.760</b>	<b>48.644</b>	<b>13.884</b>	<b>39,9</b>
Projeto Piloto de Invest. Públicos	2.570	1.637	-933	-36,3
Meta Res. Pimário Ajustado	34.760	48.644	13.884	39,9
- Gov. Central (menos ajuste metodológico Itaipu)	31.942	48.114	16.173	50,6
- Gov. Central (mais ajuste metodológico Itaipu)	2.818	529	-2.289	-81,2

#### 4) JUSTIFICATIVAS DOS DESVIOS APRESENTADOS<sup>3</sup>

##### 4.1) No tocante aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entre os diversos aspectos relativos ao resultado primário obtido pelo Governo Central nesse quadrimestre, no que diz respeito às estimativas, destaca-se: a) as receitas líquidas do Tesouro Nacional (incluindo as do Banco Central) foram R\$ 4,2 bilhões acima do previsto (desvio de 3,0%); b) as despesas do Tesouro Nacional ficaram R\$ 11,4 bilhões abaixo do previsto (desvio de 11,9%); c) o déficit da Previdência Social reduziu em R\$ 1,4 bilhão (desvio de 9,9%).

##### 4.1.1) Quanto às Receitas

As receitas totais (líquidas de restituições e incentivos fiscais) do Tesouro Nacional atingiram a R\$ 186,3 bilhões, cerca de R\$ 4,3 bilhões acima do previsto (desvio de 2,4 %).

As receitas administradas ficaram R\$ 2,4 bilhões acima da previsão (desvio de 1,6%). As que apresentaram ingressos superiores às projeções foram: 1) Cofins: R\$ 1 bilhão; 2) IR – Remessas ao Exterior: R\$ 455,8 milhões; 3) IR - Pessoa Física: R\$ 375,8 milhões; 4) IR - Rendimentos de Capital: R\$ 305,3 milhões; 5) IPI: R\$ 305,1 milhões, e 6) IOF: R\$ 291,2 milhões.

As receitas não-administradas, por sua vez, atingiram o montante de R\$ 28,4 bilhões, superior em R\$ 1,9 bilhão ao valor estimado (desvio de 7,0%) em função principalmente dos seguintes ingressos superiores aos previstos no Decreto nº 6.439/08: 1) receitas de dividendos: R\$ 600 milhões; 2) cota-parte de compensações financeiras: R\$ 307,4 milhões, e 3) das demais receitas: R\$ 700 milhões.

As receitas referentes a contribuições ao FGTS (LC nº 110/2001) foram superiores em R\$ 31,0 milhões (desvio de 5,3%) às previsões.

##### 4.1.2) Quanto às Transferências a Estados e Municípios

As Transferências a Estados e Municípios ficaram R\$ 89,0 milhões acima da projeção (desvio de 0,2%), especialmente devido aos repasses constitucionais para o FPE e o FPM, que se situaram R\$ 375,4 milhões acima da previsão (desvio de 1,1%). Contribuiu para esse desvio a realização acima do previsto da arrecadação do IR e do IPI.

##### 4.1.3) Quanto às Despesas

Os gastos do Tesouro Nacional (incluindo as contas do Banco Central) atingiram a R\$ 84,5 bilhões, cerca de R\$ 11,4 bilhões abaixo do previsto (desvio de 11,9%). Incluem-se nesse total as despesas com o PPI de R\$ 1,6 bilhão. Essa redução deveu-se principalmente a: 1) despesas com pessoal e encargos sociais (R\$ 1,6 bilhão abaixo – desvio de 3,7%) em decorrência de não ter ocorrido a reestruturação das carreiras civis e militares; e 2) despesas com custeio e capital: R\$ 9,9 bilhões inferior a estimativa - desvio de 18,4 %) .

No que diz respeito às despesas discricionárias, os dispêndios totalizaram R\$ 26,7 bilhões (R\$ 6,0 bilhões abaixo do previsto – desvio de 18,2 %).

As despesas não-discricionárias de custeio e capital atingiram a R\$ 16,5 bilhões (R\$ 3,9 bilhões abaixo do previsto - desvio de 19,2%), devido especialmente a não concretização de gastos com subsídios e subvenções econômicas (R\$ 1,0 bilhão a menos – desvio de 53,0 %) e a redução dos dispêndios com LOAS (inferior em R\$ 861,4 milhões – desvio de 14,7 %), com os recursos repassados aos entes federados a título de auxílio financeiro (inferior em R\$ 652,5 milhões – desvio de 49,5 %) e despesas com Abono e Seguro Desemprego (inferior em R\$ 543,0 milhões – desvio de 10,3 %).

A Previdência Social apresentou um déficit de R\$ 12,5 bilhões, resultado de uma arrecadação de R\$ 47,9 bilhões e um total de despesas com benefícios previdenciários de R\$ 60,4 bilhões. O

<sup>3</sup> O critério utilizado refere-se à metodologia “abaixo da linha” adotada pelo Banco Central.

déficit do RGPS foi de R\$ 1,4 bilhão abaixo do previsto para o período (desvio de 9,9%) devido ao desempenho da arrecadação líquida superior em R\$ 412,4 milhões (desvio de 0,9 %) à estimativa. As despesas com benefícios ficaram R\$ 965,7 milhões abaixo do estimado (desvio de 1,6%).

#### **4.2) No tocante ao Orçamento das Empresas Estatais Federais**

O superávit primário das estatais federais, considerando os ajustes referentes às transferências de Itaipu, atingiu o montante de R\$ 529,3 milhões, abaixo da meta programada de R\$ 2,8 bilhões, especialmente pelo desempenho abaixo do esperado do Grupo Petrobrás, devido a reformulação do plano estratégico das empresas do Grupo.

Mário Capp Filho  
Assessor de Orçamento